**PESQUISAS SOBRE AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DA EJA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE**

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin (UFSC)[[1]](#footnote-1)

<https://orcid.org/0000-0002-4562-308X>

Paula Cabral (UFSC)[[2]](#footnote-2)

https://orcid.org/0000-0002-8869-8436

Camila Rosilda Vigganigo **[[3]](#footnote-3)**

<https://orcid.org/0000-0002-4182-1847>

**Resumo**

Apresenta-se, a partir das produções científicas, uma análise sobre alfabetização e letramento de jovens e adultos que se encontram nos espaços prisionais. O objetivo é o de refletir sobre as concepções e as perspectivas teórico-metodológicas das pesquisas em torno do processo de alfabetização e letramento desenvolvido junto aos sujeitos, da Educação de Jovens e Adultos, em privação ou restrição de liberdade. O estudo segue uma abordagem qualitativa com procedimentos metodológicos de análise documental e levantamentos bibliográficos. Como parte dos resultados é possível afirmar que estamos ainda em meio a um movimento descontínuo e insuficiente para a efetivação do direito à educação das pessoas privadas de liberdade. Além disso, os estudos evidenciam que o processo de alfabetização e letramento dessas pessoas deve se pautar em suas necessidades reais e condições objetivas de vida.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Espaços de Privação e Restrição de Liberdade; Alfabetização e Letramento.

**Investigaciones sobre las concepciones y practicas de alfabetización de la EJA em Espacios de Privación y Restricción de Libertad**

**Resumen**

Presenta-se, a partir de producciones científicas, un análisis sobre alfabetización y letramiento de jóvenes y adultos que se encuentran en espacios carcelarios. El objetivo es reflexionar sobre las concepciones y las perspectivas teórico-metodológicas de las investigaciones en torno del proceso de alfabetización y letramiento desarrollado con los sujetos, de Educación de Jóvenes y Adultos, en situación de privación o restricción de libertad. El estudio sigue un enfoque cualitativo con procedimientos metodológicos de análisis documental y levantamientos bibliográficos.Como parte de los resultados, es posible afirmar que aún nos encontramos en medio de un movimiento discontinuo e insuficiente para la realización del derecho a la educación de las personas privadas de libertad. Además, los estudios muestran que el proceso de alfabetización y alfabetización de estas personas debe estar basado en sus necesidades reales y condiciones objetivas de vida.

**Palabras clave:** Educación de Jóvenes y Adultos; Espacios de Privación y Restricción de Libertad; Alfabetización y letramiento.

**Introdução**

No âmbito das discussões acerca do direito à educação básica, sobretudo na conjuntura atual, nos propomos a focalizar uma análise sobre o imprescindível direito à alfabetização dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que estão, temporariamente, inseridos em espaços de privação e restrição de liberdade (EPRL).

Nos referimos à conjuntura atual para demarcar o momento histórico-político que testemunhamos no que se refere aos retrocessos para o campo educacional brasileiro, em especial à EJA. Isso se evidencia pela falta de investimentos na área, por ausência de políticas públicas educacionais que sejam capazes de alcançar o público alvo dessa modalidade ou de prover formação inicial e continuada aos/às professores/as. Também por conta da inexistência de ações que possam dar conta de fenômenos que assolam a EJA como a infrequência, evasão e o abandono escolar, agravados pelo cenário pandêmico. Tudo isso se torna mais grave diante de uma política governamental que impõe o apagamento das trajetórias da EJA[[4]](#footnote-4), que ignora (intencionalmente) sua função precípua junto aos sujeitos da EJA - jovens, adultos e idosos que denunciam as formas de vida as quais estão condicionadas a infância, as juventudes populares e até a vida adulta, bem como “a teimosa rigidez e seletividade do nosso sistema escolar”. (ARROYO, 2005, p. 48). Com mais especificidade aos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade (EPRL), “são pessoas invisíveis até cometerem algum crime, assim definido pelos grupos sociais aos quais nunca pertenceram” (ONOFRE, 2015, p. 142)

Nesse contexto, as repercussões à EJA, afetam de maneira ainda mais profunda as pessoas privadas ou restritas de liberdade cujos direitos básicos são, frequentemente, atacados. Direitos assegurados por lei para pessoas que retornarão ao convívio social ampliado. A ideia de restrição provisória de liberdade merece destaque para o combate à noção presente de “guerra contra o crime” que pressupõe o aniquilamento do sujeito que transgride as leis. Ou seja, quando tratamos de sujeitos em privação e restrição de liberdade, lidamos com pessoas que, em sua grande maioria, não concluíram seus processos de escolarização na educação básica, são coletivos de direitos humanos negados (antes, durante e depois do aprisionamento) e, o mais importante, estão transitoriamente aguardando decisões judiciais para definição de uma pena ou em cumprimento da mesma, isso significa que retornarão ao convívio social mais amplo.

Mediante as compreensões apresentadas, nos propomos a refletir sobre concepções das pesquisas que investigam o processo de alfabetização nos EPRL, além de pensar sobre os desafios para a garantia dos processos de alfabetização e letramento aos sujeitos da EJA privados ou restritos de liberdade. Tais reflexões são parte de um trabalho de pesquisa realizado durante o processo de mestrado e se articulam às discussões realizadas em nosso grupo de estudos.

Entendemos que o debate em torno do direito à educação traz em seu bojo o direito que toda a pessoa tem de aprender a se comunicar, interagir, oralizar suas ideias, ler (criticamente), se expressar por meio da escrita, considerando a faceta sociocultural da língua no que se refere “aos usos, funções atribuídas à escrita em contextos socioculturais”. (SOARES, 2016, p. 28-9). Nesse sentido, não há como tratar do direito à educação básica sem evidenciar em que consiste o processo de base para acesso, aprendizagem e apropriações de conhecimentos: ler e escrever; considerando que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente e a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. (FREIRE, 2003, p. 09).

Ao tomarmos como base as produções científicas na área foi possível observar lacunas em torno da discussão sobre o processo de alfabetização no sistema prisional. O que é bastante grave, se considerarmos que entre as mais de 700 mil pessoas aprisionadas em nosso país, 60% são analfabetas, foram alfabetizadas informalmente ou possuem o Ensino Fundamental incompleto; em torno de 90% sequer concluiu a Educação Básica (BRASIL, 2017).

**Levantamento e Análise das Pesquisas**

Buscamos desenvolver, como indicam Romanowski e Ens (2006, p. 38), um “estado do conhecimento” acerca do tema: alfabetização na EJA nos EPRL. O objetivo foi o de desvendar e examinar o conhecimento já elaborado, apontando os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes na área. O “estado do conhecimento” tem caráter bibliográfico e mapeia certa produção acadêmica, buscando responder que dimensões têm sido privilegiadas nos processos investigativos em diferentes tempos e lugares, afinal o que move os/as pesquisadores/as é o “não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área do conhecimento” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Para melhor compreender as produções acadêmicas na área de alfabetização e letramento na EJA em espaços prisionais, levantamos os trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-SUL (ANPED-SUL), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBCT), nos Periódicos da CAPES e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para todas as buscas foram utilizados os seguintes descritores: alfabetização, alfabetização + EJA, letramento + EJA, EJA + prisão, EJA + prisional, escola + prisão, educação + espaço de privação de liberdade. Parte dos resultados estão expressos a seguir:

Quadro 1: Mapeamento geral dos trabalhos

|  |  |
| --- | --- |
| **Banco de Dados** | **Quantidade de trabalhos** |
| ANPED | 451 |
| ANPED-SUL | 54 |
| BDTD/IBCT | 214 |
| Periódicos CAPES | 1236 |
| SciELO | 44 |
| **Total** | **1999** |

Fonte: Elaboração própria (2021)

Diante de um número expressivo de produções foram necessárias novas etapas de organização. Assim, categorizamos os trabalhos encontrados em função de 11 descritores diferentes que associavam termos: Educação, EJA, prisões, prisional, espaços de privação de liberdade, leitura e alfabetização. A maior parte das produções mapeadas são artigos que, apesar de mencionarem o processo de alfabetização em seus resumos, têm como enfoque a questão da leitura no sistema prisional e da oferta de atividades educacionais. Na etapa posterior realizamos a leitura de resumos ou sumários dos 1999 (mil novecentos e noventa e nove) trabalhos encontrados nas 5 (cinco) bases de produções mencionadas, incluindo artigos, dissertações, trabalhos publicados em reuniões nacionais (ANPED/ANPED-SUL), resenhas, livros, e-Book Chapter. Após esta etapa selecionamos 15 (quinze) trabalhos que apresentavam concepções e perspectivas teórico-metodológicas em torno da alfabetização e do letramento na EJA em EPRL. A análise foi procedida com base nos quadros a seguir:

Quadro 2 – Trabalhos BDTD/IBCT

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR (A), TÍTULO E ORIENTADOR(A)** | **INSTITUIÇÃO/****TIPO DE TRABALHO** | **ÁREA DO CONHECIMENTO/ANO** |
| 1. [JOHN, Valquíria Michela](http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=John%2C+Valquíria+Michela). [**Palavras da salvação**: as representações da leitura na prisão](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_d20461b3542f72a67d68d828102b6c96)Orientador: [Francisco das Chagas de](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Souza%2C+Francisco+das+Chagas+de%22) SouzaLink: <https://bityli.com/yxRKEtEE>  | UFSC/MESTRADO | EDUCAÇÃO2004 |
| 2. RAMOS, Rowayne Soares. [**Educação de Jovens e Adultos no contexto do Centro de Ressocialização em Cuiabá-MT**: práticas de leitura, escrita e letramento](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_f559fceb8ae8284fa0ef1809b94f70a2).Orientador: [Ana Arlinda de](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Oliveira%2C+Ana+Arlinda+de%22) OliveiraLink: <https://ri.ufmt.br/handle/1/918>  | UFMG/MESTRADO | EDUCAÇÃO2012 |
| 3. SCARIOT, Luciana Ferreira da Silva Moraes. [P**ráticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá - MT**: a visão da professora e suas alunas](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_2c654490e5448f71049112027c35f017)Orientador: [Ana Arlinda de](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Oliveira%2C+Ana+Arlinda+de%22) OliveiraLink: <https://ri.ufmt.br/handle/1/920>  | UFMG/MESTRADO | EDUCAÇÃO2013 |
| 4. [SILVA NETO, Antonio Artequilino da](http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=SILVA+NETO%2C+Antonio+Artequilino+da). [**As práticas e representações de leitura dos detentos alfabetizadores e alfabetizados do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia**](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_f11f728f154910be748b6134e06f21cb).Orientador: [Orlinda Maria de Fátima Carrijo](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22MELO%2C+Orlinda+Maria+de+Fátima+Carrijo%22) MeloLink: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2076>  | UFG/MESTRADO | EDUCAÇÃO2009 |
| 5. ARAÚJO, Thays Coelho de. [**Remição penal pela leitura e letramento**: subjetivação e dessubjetivação do sujeito preso](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_c259998aa583d20adfac7fe9d3559565)Orientador: [Sérgio Augusto Freire de](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Souza%2C+Sérgio+Augusto+Freire+de%22) Souza. Link: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6549>  | UFAM/MESTRADO | LETRAS2018 |
| 6. DANTAS, Doneves Fernandes **Leitura crítica**: um caminho para a ressocialização.Orientador: [Maria da Luz](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22OLEGÁRIO%2C+Maria+da+Luz%22) OlegárioLink: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1518>  | UFCG/MESTRADO | LETRAS2018 |
| 7. FARIA, Maria de Lourdes Custódio de. [A **escrita é livre?** Contribuições da poesia lírica para além das grades](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_4bc02a69fadead1f0c8b53cc3bc89f02).Orientador: [Valdeci Batista de Melo](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Oliveira%2C+Valdeci+Batista+de+Melo%22) OliveiraLink: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1\_4bc02a69fad](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_4bc02a69fadead1f0c8b53cc3bc89f02)  | UNIOESTE/MESTRADO | LETRAS2016 |
| 8. [REIS, Danielle Bin dos](http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Reis%2C+Danielle+Bin+dos). [**O (re)significado da leitura de contos para jovens e adultos privados de liberdade**](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_6ffb63983e82c989507a28d6cb435cfc).Orientador:  [Maria Elena Pires](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Santos%2C+Maria+Elena+Pires%22) SantosLink: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/940>  | UNIOESTE/MESTRADO | [LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22CNPQ+LINGUISTICA%2C+LETRAS+E+ARTES%22&type=Subject)2015 |
| 9. ANSELMO, Simone Lisboa Scheffler. [A **poesia na prisão**: reflexão sobre uma experiência com mulheres encarceradas no desterro](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_b5e1a44a282c0ed1c9e1a1397cb95353).Orientador: [Alai Garcia](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Diniz%2C+Alai+Garcia%22) DinizLink: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102124 | UFSC/MESTRADO | LITERATURA2005 |
| 10. RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. [**O mundo como prisão e a prisão no mundo**: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_341b57e798976a8467d99a7b6933026b)Orientador: [Robson Coelho](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Tinoco%2C+Robson+Coelho%22) TinocoLink: https://repositorio.unb.br/handle/10482/11563 | UNB/MESTRADO | LITERATURA2012 |
| 11. RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. [**Uma teia de relações**: o livro, a leitura e a prisão: um estudo sobre a remição de pena pela leitura em penitenciárias federais brasileiras](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_322958b3f38415c033db4547a4f3a94b)Orientador: [Robson Coelho](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Tinoco%2C+Robson+Coelho%22) TinocoLink: https://repositorio.unb.br/handle/10482/25177 | UNB/DOUTORADO | LITERATURA2017 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2021).

Quadro 3 – Trabalhos Periódicos CAPES

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR(A), TÍTULO E LINK DE ACESSO** | **REVISTA/****INSTITUIÇÃO** | **ÁREA DO CONHECIMENTO/ANO** |
| 12. COLARIS, Leni LINDEMANN, Catia.[**Implantação da Biblioteca no Cárcere**: desafios e possibilidades/Implementation of the Library in Prison: challenges and opportunities](http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41/?ctx_ver=Z39.88-2004&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_tim=2018-09-19T11%3A49%3A06IST&url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=infofi/fmt:kev:mtx:ctx&rfr_id=info:sid/primo.exlibrisgroup.com:primo3-Article-proquest&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&rft.genre=article&rft.atitle=Implantação%20da%20Biblioteca%20no%20Cárcere:%20desafios%20e%20possibilidades/Implementation%20of%20the%20Library%20in%20Prison:%20challenges%20and%20opportunities&rft.jtitle=Informação%20e%20Sociedade&rft.btitle=&rft.aulast=Colares&rft.auinit=&rft.auinit1=&rft.auinitm=&rft.ausuffix=&rft.au=Colares,%20Leni&rft.aucorp=&rft.date=2015-09-01&rft.volume=25&rft.issue=3&rft.part=&rft.quarter=&rft.ssn=&rft.spage=&rft.epage=&rft.pages=&rft.artnum=&rft.issn=0104-0146&rft.eissn=&rft.isbn=&rft.sici=&rft.coden=&rft_id=info:doi/&rft.object_id=&svc_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:sch_svc&rft.eisbn=&rft_dat=%3cproquest%3e1802060527%3c/proquest%3e%3cgrp_id%3e6336461189325521193%3c/grp_id%3e%3coa%3e%3c/oa%3e%3curl%3ehttp://search.proquest.com/docview/1802060527/%3c/url%3e&rft_id=info:oai/&svc.fulltext=yes&req.language=por&rft_pqid=1802060527&rft_id=info:pmid/)Tipo de trabalho: ArtigoLink:<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/95648> | Informação & Sociedade: Estudos/Ufpb | Biblioteconomia2015 |
| 13. [SILVA, Roberto da; PASSOS, Barbosa, Thais; MARQUES, Marineila, Aparecida](https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=135653557&site=ehost-live) **Literatura carcerária**: educação social por meio da educação, da escrita e da leitura na prisãoTipo de trabalho: ArtigoLink:<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/12392>  | Eccos Revista Científica | Educação2019 |
| 14. JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário**.Tipo de trabalho: ArtigoLink: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v32n1/2175-795X-rp-32-1-00111.pdf>  | Perspectiva/UFSC | Educação2014 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2021).

Quadro 4 – Trabalhos ANPED-SUL

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AUTOR(A), TÍTULO** | **EVENTO** | **ANO** |
| 15. HIR, Jane Cleide Alves. **A escrita no Cárcere**: uma possibilidade de autoria para além do delito.Link:<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo13_JANE-CLEIDE-ALVES-HIR.pdf>  | Anped-Sul | 2016 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2021).

Dentre os 15 (quinze) trabalhos encontrados nas bases de produções científicas consultadas, 10 (dez) são dissertações, 1 (uma) tese e 4 (quatro) artigos. Também foi possível verificar que os trabalhos encontrados são da área da Educação, Linguística, Letras, Literatura e Artes.

Diante do quadro anterior, constatamos que, mesmo sem um recorte temporal nas buscas, apenas em 2004 é identificado o primeiro trabalho que aborda a leitura em espaços de privação e restrição de liberdade. Atribuímos esse início das publicações na área, ao movimento iniciado em âmbito governamental no ano de 2005 que inaugura discussões sobre as políticas para educação em prisões no Brasil.

Em sequência apresentamos as análises dos trabalhos, considerando os eixos e categorias criadas com base nos objetos de estudos das produções mapeadas.

**Análise das produções**

Para melhor situar a análise, apresentamos no quadro a seguir as sínteses**[[5]](#footnote-5)** elaboradas das pesquisas, expondo os objetivos, a metodologia e o foco investigativo (problema de pesquisa) de cada produção:

Quadro 5: Resumos dos Trabalhos para análise com autor e ano

|  |  |
| --- | --- |
| **AUTOR E ANO** | **RESUMOS DOS TRABALHOS PARA ANÁLISE IDENTIFICADOS** |
| **1. JOHN****(2004)** | A pesquisa teve como objetivo conhecer as representações atribuídas pelos presidiários à leitura que realizam dos materiais impressos a que têm acesso naquele ambiente, durante o período de sua reclusão. Os dados foram coletados através de entrevistas em profundidade, seguindo um roteiro semiestruturado. Para análise dos dados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, construída por Lefévre e Lefévre. |
| **2. RAMOS****(2012)** | O trabalho tem como objetivo analisar como se dá o processo de alfabetização e de letramento dos sujeitos privados de liberdade no Centro de Ressocialização de Cuiabá – MT (antigo Presídio do Carumbé) e observar a concepção de educação dos envolvidos no processo. O problema traz a seguinte questão: como se dá o processo de alfabetização e letramento em sala de aula do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos, no contexto do Centro de Ressocialização de Cuiabá – MT? A metodologia utilizada se pautou na abordagem qualitativa, tomando como base as práticas de leitura que os alfabetizadores que atuam no presídio utilizam em sala de aula. |
| **3. SCARIOT****(2013)** | O estudo busca responder a seguinte questão central: que concepções e práticas pedagógicas para o ensino da leitura, escrita e letramento norteiam o trabalho docente em uma sala de 1° Segmento na modalidade EJA? Trata-se de um estudo qualitativo onde as participantes são catorze alunas e também a professora desta turma. Os caminhos metodológicos trilhados para a realização do estudo incluíram momentos de observações na sala de aula, registros em caderno de campo com descrições do local e entrevistas gravadas sobre as concepções e as ações dos sujeitos envolvidos no processo educacional. |
| **4. SILVA NETO****(2009)** | A investigação analisa as práticas e representações de leitura dos detentos alfabetizadores e alfabetizados. A pesquisa qualitativa com a metodologia e a coleta dos dados para análise. Após a seleção de amostra para a pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas com dezesseis detentos, dos quais oito atuaram como alfabetizadores e oito foram considerados alfabetizados.  |
| **5. ARAÚJO****(2018)** | A pesquisa trata de um estudo de caso que aborda a temática da manifestação da subjetividade no Projeto de Remição de Pena pela Leitura. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é examinar a produção de subjetividades no cárcere feminino, a partir dos efeitos do Projeto de Remição de Pena pela Leitura Encontro Com a Leitura – Ler Liberta. Os subsídios teórico-metodológicos foram fornecidos pelos estudos foucaultianos, pecheutianos e os Novos Estudos de Letramento – NEL. A abordagem metodológica utilizada para análise dos dados é a qualitativa. Foram utilizados como instrumentos de geração de dados dois questionários, um de perfil e um investigativo; entrevista norteada por roteiro semiestruturado; diários de campo e documentos institucionais. |
| **6. DANTAS****(2018)** | A investigação tem como objetivo geral descrever como as aulas de linguagem vêm sendo desenvolvidas e suas possíveis contribuições para a construção de competências relativas à leitura crítica direcionada à reinserção social dos presos buscando responder o problema de pesquisa inicial que foi investigar dentro de um cenário educacional intramuros se e como aulas de linguagem ministradas nas instituições carcerárias poderiam promover uma leitura capaz de ajudar na ressocialização dos apenados? Os dados das pesquisas foram coletados por meio de observações sistemáticas das aulas de leitura, conversas informais e entrevistas não estruturadas.  |
| **7. FARIA****(2016)** | O trabalho trata-se de uma pesquisa que busca contribuir, por meio da leitura e escrita de poesia lírica, na formação educacional de alunos encarcerados. Esse estudo se propôs desenvolver três objetivos específicos: i) trabalhar a concepção de literatura, de poesia lírica e de recursos da linguagem, estimulando o aluno a ler e a compreender o texto poético; ii) propor práticas pedagógicas que auxiliem o aluno a escrever e a se expressar por meio da escrita de poemas do cotidiano; e iii) estimular o aluno a ler e a escrever poemas, compreendendo a escrita como uma forma de expressividade possível no processo de ensino-aprendizagem atrás das grades da prisão. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfico-qualitativa, cujos procedimentos foram desenvolvidos por meio da pesquisa-ação.  |
| **8. REIS****(2015)** | O estudo tem como objetivo geral a (re)significação da leitura de contos para jovens e adultos privados de liberdade. Alguns questionamentos nortearam esta pesquisa: Como incluir, nas práticas pedagógicas, uma concepção sociointeracional da leitura como prática social? Como propor práticas pedagógicas que possibilitem ao aluno (re)significar o conto lido? Como, a partir da leitura dos contos, motivar a escrita, dando voz a esses alunos? O método de pesquisa centrou-se nas orientações da Linguística Aplicada, seguindo uma abordagem qualitativa interpretativista.  |
| **9. ANSELMO****(2005)** | A pesquisa tem como objetivos principais refletir sobre a possibilidade de resgate da autoestima das encarceradas, através de suas memórias de testemunhos, para pensar na literatura como reeducação e estímulo à cidadania de pessoas discriminadas e estigmatizadas. Utiliza-se de uma metodologia de escrita criativa, combinada a laboratório corporal a partir de poemas de Hilda Hilst, Cecília Meireles, Alfonsina Storni e Ferréz, à luz da problemática referente às condições de confinamento, das penas e sua falência no Brasil. |
| **10. RIBEIRO****(2012)** | O trabalho investiga o perfil do leitor em situação de privação de liberdade, tomando por base a leitura de Antônio Cândido e a conceituação de mundo como prisão e vice-versa. Propõe-se, também, ampliar a discussão e compreensão do processo moderno de encarceramento, considerando o efeito da prisionização no comportamento do leitor inserido nessa sociedade marginal. A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo, na perspectiva teórico-relacional do ato da leitura e caracterização do ambiente carcerário. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, oficinas literárias e coleta de dados estatísticos do sistema penal em nível nacional e local.  |
| **11. RIBEIRO****(2017)** | Nesta tese, é apresentado o projeto Remição pela leitura, realizado nas Penitenciárias Federais Brasileiras – de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD[[6]](#footnote-6)). Nesta investigação, temos por objetivo descrever o perfil do leitor, estudar, de forma detalhada, todas as etapas desse processo de leitura, a partir dos pressupostos legais e dos parâmetros exigidos para sua homologação, objetivando compreender o seu impacto sobre a vida deste leitor. Como estratégias de validação desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado e analisados depoimentos e resenhas produzidas por presos de unidades federais, com fulcro na recepção desta leitura e nas suas representações.  |
| **12. COLARES; LINDEMANN****(2015)** | O projeto de Extensão intitulado Janela Literária: A Biblioteca no Contexto Carcerário busca avaliar os desafios e possibilidades de implantação de Biblioteca dentro do sistema carcerário. Para tanto, a ação extensionista está sendo executada na Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), onde está sendo implantada uma biblioteca cujo objetivo é o de disponibilizar a leitura para os presos, visando dar substrato para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), num Convênio entre Administração prisional e Delegacia de Ensino em Rio Grande (RS).  |
| **13. SILVA; PASSOS; MARQUES****(2019)** | O artigo trata de um problema que visou à caracterização da literatura carcerária desenvolvida sob a alfabetização de adultos e a recente regulamentação Prisional.Além disso, o artigo apresenta livros escritos por prisioneiras e presos, agentes penitenciários, professores e juízes como a nova dimensão da literatura carcerária. O artigo utiliza a Teoria do Reconhecimento de Ael Honneth e a literatura de testemunhos de Márcio Seligmann-Silva. |
| **14. JULIÃO PAIVA****(2014)** | O texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a política de leitura implementada no sistema penitenciário nacional. Apresentando questões e reflexões sobre o papel e os significados que a leitura pode assumir no sistema penitenciário, procurará analisar os principais encaminhamentos políticos na área da leitura voltados ao cárcere, destacando, entre outros, fontes legais, projetos e perspectivas político-pedagógicas no contexto atual. |
| **15. HIR****(2016)** | O objetivo do trabalho é identificar em que medida o ensino da escrita pode contribuir para a ressocialização de alunos da EJA. Tendo como problema avaliar em que medida a mediação docente contribui para a aprendizagem da escrita na perspectiva da autoria no espaço prisional? Desta forma, busca-se identificar os limites e possibilidades do trabalho pedagógico no espaço prisional, caracterizar o papel da mediação docente no processo da escrita e relacionar o desenvolvimento da autoria com a apropriação do sistema da escrita na perspectiva de uma educação dialógica que busca a emancipação do sujeito constituindo-se em instrumento de resgate da humanidade com vistas à reinserção social como direito do sujeito apenado e dever da instituição prisional. |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2018).

Trata-se de uma modalidade de sanção disciplinar criada no estado de São Paulo, em 2001, como resposta para ações de facções. O RDD estabelecido pela Lei 10.792, em 2003, alterando a Lei de Execução Penal, descreve as hipóteses e requisitos para sua aplicação. Tem sido alvo de inúmeras críticas e, apesar de estar em prática hoje, é acusado pela abertura que oferece a encaminhamentos arbitrários e por sua inconstitucionalidade, pois, dentre outras punições, faz com que seja possível o isolamento total da pessoa já presa por até 360 dias.

No quadro 6 estão as indicações dos resultados presentes nos resumos das pesquisas analisadas e seus autores:

Quadro 1: Resultados das pesquisas organizadas por autor e ano

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **AUTOR E ANO** | **INDICAÇÕES DOS RESULTADOS NOS RESUMOS IDENTIFICADOS** |
|  | **1. JOHN****(2004)** | Com o estudo foi possível perceber que no ambiente prisional a escolha dos materiais de leitura está influenciada e determinada pelas escassas opções e dificuldade de acesso aos materiais de leitura. As representações são construídas a partir da vivência antes do ingresso na prisão, de sua prática como leitores (ou não) e reforçadas pelas condições da vida em confinamento. Neste contexto, atribuem à leitura um papel decisivo na resolução das desigualdades Sociais |
|  | **2. RAMOS****(2012)** | A pesquisa possibilitou, a partir das observações da sala de aula e os relatos dos sujeitos, perceber que o espaço escolar na unidade penal necessita de intervenção pedagógica mais atuante, de modo que as práticas de alfabetização e de letramento possam colaborar para sua inserção social. É necessário que a escola desenvolva novas metodologias de alfabetização, inserindo as práticas sociais da leitura e da escrita, notadamente a linguagem jurídica. Diversos alunos/presos se posicionaram contra os espaços religiosos, que pouco contribuem para sua inserção na sociedade, ficando restrita ao universo prisional. A biblioteca é um espaço comumente utilizado pelos alunos/presos. Tanto a gestão educacional na prisão como as intervenções na escola estão a exigir formação continuada – pedagógica e técnica –, de modo a compreender e intervir na escolarização dos alunos presos. |
|  | **3. SCARIOT**(2013 ) | A análise de dados permitiu identificar que o abandono da escola por parte das alunas foi desencadeado por fatores familiares e econômicos. Já o retorno à escola em ambiente prisional, para algumas alunas, representa a possibilidade de preencher o tempo ocioso, de aprender coisas novas, recuperar o tempo perdido ou distrair a mente; entretanto, as estrangeiras buscam o espaço escolar para aprender uma segunda língua. Constatou-se, ainda, que a prática pedagógica, embora enfatizando textos de livros didáticos ou fotocopiados, apresentou em alguns momentos textos verbais e não verbais. |
| **4. SILVA NETO****(2009)** | A análise das práticas e representações de leitura dos jovens e adultos em regime de privação da liberdade demonstrou que, mesmo nas condições de precariedade em que foi realizado o trabalho de alfabetização, foi possível alfabetizar 64% desse grupo de detentos que ainda tem muito a buscar no mundo da leitura, através da continuidade dos seus estudos. A análise demonstrou ainda que as condições precárias e deficientes do presídio interferem no processo de ensino e aprendizagem, resultando na interdição das leituras e dos leitores. Nesse sentido, a pesquisa ressalta a necessidade do incentivo às práticas de leitura em ambientes adequados, formais ou informais, como componente de uma política pública de Educação de Jovens e Adultos dentro dos espaços prisionais existentes. |
| **5. ARAÚJO****(2018)** | A pesquisa possibilitou, a partir da análise dos dados, afirmar que se for pensado em um âmbito maior, o Projeto de Remição de Pena pela Leitura Encontro Com a Leitura – Ler Liberta está associado a táticas de dessubjetivação, pois para que o sujeito volte a ser sujeito social, é necessário que ele passe por anulações do “eu”. Isso ocorre em decorrência das atividades de estudo na prisão que visam a resgatar a obediência do sujeito, remetendo a estratégias de (re)produção de corpos dóceis ao poder. Mesmo no caso da existência de processos de remição de pena pela leitura, há normas regulatórias que se inserem em formas de governamentalidade. Logo, o indivíduo não vai subjetivar-se como sujeito leitor no interior de práticas de letramento. Ele vai sofrer processos de dessubjetivação porque a prisão apresenta falhas no seu objetivo de ressocialização. |
| **6. DANTAS****(2018)** | Os resultados obtidos apontam para deficiência na formação leitora crítica dos sujeitos envolvidos decorrente de uma prática pedagógica tradicional que prioriza o ensino de leitura como mera decodificação de letras e frases, sem instigar a leitura crítica por parte do educando, constituindo um óbice a ressocialização criminal, muito embora os apenados vejam a educação prisional como um instrumento fundamental na sua reinserção social, o que denota urgência na efetivação de políticas públicas que contribuam na formação docente em prol do desenvolvimento da formação leitora crítica. |
| **7. FARIA****(2016)** | Como resultado desse processo didático-pedagógico, percebemos que o trabalho em sala de aula com a poesia lírica pode ocorrer de forma didática e espontânea, servindo para a humanização e a emancipação dos alunos alcançados por essa prática. |
| **8. REIS****(2015)** | Como resultado, a aplicação das aulas mostrou as vozes dos discentes tanto na oralidade (nos momentos de escuta de suas interpretações) como nos momentos de escrita em que os alunos produziram outros contos, poemas, frases e ilustrações. Os discentes puderam (re)significar a leitura dos contos lidos de acordo com as relações estabelecidas com suas impressões do mundo, assim como ouvindo os próprios colegas e percebendo que podemos tecer compreensões diferentes sobre o que lemos. Dessa forma, os alunos estendem essa continuidade de significados para fora da esfera escolar e isso implica a leitura como prática social. |
|  | **9. ANSELMO****(2005)** | Não constam resultados no resumo da pesquisa. |
|  | **10. RIBEIRO****(2012)** | Os resultados confirmam a existência de comunidades leitoras no sistema prisional do Distrito Federal e evidenciam dificuldades próprias do ambiente carcerário para a apropriação da leitura. A experiência do escritor Graciliano Ramos, autor de Memórias do Cárcere, é considerada para a análise do ato da leitura como espaço de liberdade e elemento relativizador do tempo e do espaço na sociedade encarcerada. Entre o sentimento do homem encurralado pela vida e do animal encurralado pelo Estado, enquanto confinado nos porões do Estado Varguista, ergueu-se, neste escritor alagoano, a descoberta de si mesmo e do outro. Nessa perspectiva, o estudo aponta para a necessidade de políticas públicas de incentivo à leitura como mecanismo de auxílio no resgate da identidade do sujeito privado de liberdade e de sua reinserção social.  |
|  | **11. RIBEIRO****(2017)** | A pesquisa demonstrou que se trata de leitores diferenciados, com maior nível de instrução e sedentos por leitura. Ao longo de todo o período examinado, o projeto Remição pela leitura conseguiu desenvolver todas as suas etapas, promovendo a remição de pena e estimulando a prática de leitura na prisão. Contudo, percebeu-se que se faz necessário repensar o gênero literário, bem como as estratégias de mediação para a produção textual e compartilhamento de leituras. Em função da rotatividade do público-alvo e da descontinuidade do processo em algumas unidades, observa-se que, de forma geral, como remição de pena não impacta significativamente a vida penal deste indivíduo, contudo, como prática de leitura, tornou-se imprescindível à vida destes leitores. Mesmo num ambiente de extremo controle e de modulação de vontades, neste caso no RDD, é inegável os impactos de tal prática sobre este leitor. |
|  | **12. COLARES; LINDEMANN****(2015)** | As dificuldades para atingir o objetivo, desde a burocracia que cerca as relações carcerárias até a execução do projeto, serviram como parâmetros para compreender que, no cárcere, as regras modificam as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica. Por essa razão é necessário adaptar e muitas vezes reinventar padrões de ação, considerando que se trata de usuários com suas especificidades. Essa realidade afeta o planejamento de bibliotecas propriamente dito, exigindo maior flexibilidade no atendimento e nas formas de interação entre o bibliotecário e os usuários em situação de encarceramento. Conclui-se que, embora seja um desafio a implantação de biblioteca no cárcere, é possível levar ao detento a leitura e transformá-la em ferramenta dentro do sistema carcerário, na medida em que possa auxiliar os gestores a programar espaços educativos nos quais os presos canalizam suas energias e encontram alternativas para ampliar sua educação formal, colocando-se, por esta via, em melhores condições para o retorno à sociedade extramuros, além de alterar a rotina intramuros. |
|  | **13. SILVA; PASSOS; MARQUES****(2019)** | Constatou-se que as cartas escritas na prisão, sejam elas denúncias, comerciais, pessoais ou amorosas, revelam dimensões difíceis de serem apreendidas por quem não vive tais realidades. Aprender a escrever cartas tem sido um dos motivos da busca pela alfabetização e pela elevação da escolaridade dentro das prisões brasileiras. Essa motivação é compatível com o exercício de direitos básicos que não possam ser efetivados sem as competências leitoras e escritoras, o que corrobora ser a educação fundamento básico para o exercício de todos os demais direitos não atingidos pela sentença de condenação. A remição pela leitura, apontada em seus estágios iniciais como meramente instrumental para diminuição das penas, cada vez se mostra mais eficaz na abertura de novos horizontes para as pessoas presas e a produção literária é decorrência direta deste exercício.  |
|  | **14. JULIÃO PAIVA****(2014)** | Compreende-se que envolve muitas questões quando se trabalha no terreno de políticas para sujeitos privados da liberdade. E no caso do direito à educação, os autores constatam que se nem a leitura, nem a educação, podem ser vistas como projeto salvacionista, contudo, afirma-se que a primeira pode, sim, libertar pela capacidade imaginativa que possibilita e pelo poder de criar situações imaginadas, transportar cada sujeito para novos voos, pela densidade de narrativas e prosas que bons autores produzem, no conjunto de obras literárias à disposição de bons acervos e boas bibliotecas. E evidenciam a necessidade de se pensar projetos de leitura que distribuem livros exige pensar em concomitância uma ação dinamizadora, essencial como mediação que aproxima e apresenta o sujeito a cada percurso ficcional, instigando o desejo e a curiosidade de desvendar os mistérios que cada obra encerra. |
|  | **15. HIR****(2016)** | Como resultados da pesquisa, percebe-se que a situação do sistema prisional do estudo, assim como em todos os sistemas prisionais, exige a implementação de políticas educativas. Apesar de tudo que foi feito nos últimos anos, é necessário que se faça ainda mais para a educação prisional, principalmente em relação à aquisição do sistema da escrita na perspectiva da autonomia do sujeito apenado. Desse modo, considerando que o sistema prisional é permeado em suas diversas instâncias por discursos contraditórios em relação ao próprio direito à educação do apenado, a aprendizagem da escrita requer, além da mediação docente compromissada, adequação de espaços, disponibilização de recursos e oferta de tempo suficiente. E que a aprendizagem da escrita pode contribuir efetivamente para a construção de uma autoria para além do delito, como estabelecer parcerias, e abrir espaços de discussão para a implementação de um ensino da escrita no espaço prisional que contribua para a validação das autorias silenciadas do sujeito apenado. |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2018).

Pela leitura dos resumos e dos resultados das investigações foi possível observar que a maior parte das pesquisas tem foco à leitura e não necessariamente o processo de alfabetização e letramento dos sujeitos privados de liberdade. Mas mesmo com esse contexto, foi possível classificar os seguintes eixos como objeto de estudos: 1. As práticas pedagógicas de alfabetização e letramento; 2. Ressocialização e a remição de pena pela leitura e 3. Representações, sentidos e significados dos sujeitos privados de liberdade sobre a leitura.

Com base nos trabalhos selecionados, podemos perceber que existe um movimento que busca escutar os sujeitos privados de liberdade sobre suas percepções e representações sobre o espaço educativo e a leitura no espaço prisional a partir das entrevistas realizadas na maior parte das pesquisas analisadas.

A *primeira categoria* sobre as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores que atuam no espaço prisional está presente em 5 (cinco) pesquisas que compreendem que as atuações pedagógicas nesse espaço necessitam ser mais atuantes, de forma que a alfabetização e o letramento colaborem com a inserção social dos sujeitos. Percebemos também que as práticas pedagógicas de leitura de contos, livros didáticos, entre outros materiais, possibilitam a (re)significação da leitura, momentos de trocas e partilhas de diferentes concepções e, que de certo modo, os sujeitos privados de liberdade ampliam os significados e conhecimentos para fora da esfera escolar, o que resulta na leitura como prática social. Além disso, notamos a necessidade de inserir nas práticas sociais da leitura e da escrita a linguagem jurídica, a qual envolve direitos humanos e as políticas sociais existentes, pois os sujeitos em privação de liberdade detêm pouco conhecimento sobre esse campo.

Na *segunda categoria*,que trata sobre a ressocialização e a remição de pena a partir da leitura, foi possível constatar em 3 (três) pesquisas a apresentação e a efetivação de projetos de remição pela leitura. Sendo assim, a partir de pressupostos legais buscam compreender o impacto desses projetos sobre a vida dos leitores privados de liberdade. Pensam também que as normas regulatórias que estão instituídas no espaço prisional se inserem em formas de governamentalidade.

Outro aspecto sobre a remição de pena demonstrado por uma das pesquisas é que os leitores que participam do projeto de remição de pena já possuem maior nível de instrução e são sedentos por leitura, o que resultou no estímulo à prática da leitura na prisão. Há um questionamento: como poderia esse projeto contribuir para sujeitos que ainda não dominam as práticas de leitura? Nesse sentido, é necessário repensar esse processo, pois em função das dificuldades encontradas nos espaços prisionais, a remição de pena não impacta significativamente na vida penal dos sujeitos privados de liberdade.

Ainda é possível verificar que 2 (duas) pesquisas discutem a “ressocialização” das pessoas privadas de liberdade pela leitura, procurando investigar como as aulas de linguagem ministradas nas instituições prisionais poderiam promover uma leitura capaz de ajudar na ressocialização/reeducação e estímulo à cidadania dos sujeitos privados de liberdade.

Com relação às políticas educativas, as 6 (seis) pesquisas defendem a implementação e denotam a importância de políticas de leitura no sistema penitenciário educacional, incentivando as práticas de leitura em ambientes adequados, formais ou informais, como componentes de uma política pública de EJA nos espaços prisionais existentes. Apresentam e analisam também os principais encaminhamentos políticos na área da leitura voltados ao espaço prisional e apontam a urgência na efetivação de políticas públicas que contribuam para a formação docente.

Além disso, há a criação e efetivação de políticas públicas de incentivo à leitura como mecanismo de auxílio na constituição da identidade do sujeito privado de liberdade e de sua “reinserção” social. Concluímos que, embora seja um desafio a implantação de biblioteca, é possível levar ao detento a leitura e transformá-la em ferramenta dentro do sistema carcerário.

A *terceira categoria*,que trata das representações, sentidos e significados dos sujeitos privados de liberdade sobre a leitura, está presente especificamente como objetivo de trabalho em duas pesquisas, porém a partir da análise dos trabalhos selecionados, podemos perceber também que os sujeitos da modalidade EJA em situação de privação e restrição de liberdade são entendidos nestas pesquisas como sujeitos que precisam ser escutados, pois em 7 (sete) pesquisas são feitas entrevistas que buscam *compreender o significado e as representações desses sujeitos sobre a leitura no espaço prisional; o perfil do leitor; a produção de subjetividades e sobre o processo de ensino aprendizagem da leitura para os sujeitos privados de liberdade.*

Nesse sentido, a questão do espaço carcerário e sua influência sobre o processo educativo é colocada em ênfase e percebemos que desde a escolha dos materiais de leitura acaba sendo influenciada pela escassez de opções e dificuldade de acesso a estes materiais. As representações, por sua vez, são construídas a partir da vivência antes do ingresso na prisão, de sua prática como leitores (ou não) e reforçadas pelas condições da vida no espaço de privação de liberdade.

Com relação aos trabalhos analisados, observamos que a maioria das pesquisas apresenta discussões relacionadas às más condições físicas dos espaços prisionais, evidenciando o quanto é difícil exercer uma educação enquanto prática de liberdade num universo de rigidez e de normas estabelecidas como se apresenta o espaço prisional, cujas consequências são: a) a influência e limitação do espaço educacional; b) a dificuldade de acesso aos materiais utilizados, o que interfere no processo de ensino e aprendizagem. Além do mais, um trabalho aborda os desafios e as possibilidades de implementação de uma Biblioteca dentro do sistema carcerário. As más condições físicas associadas a uma estrutura institucional fechada, inflexível, normatizada, focada na segurança e controle dificultam os processos educativos, entre eles o de alfabetização e letramento.

Apenas 4 (quatro) trabalhos se aproximam de forma direta do nosso tema de pesquisa: Ramos (2012), Scariot (2013), Silva Neto (2009) e Hir (2016).

Ramos (2012) entende que os sujeitos privados de liberdade que ela entrevista são oriundos dos bairros com menos acesso aos bens culturais e ex-alunos de escolas que ofereciam nenhuma condição de acesso à cidadania por meio de uma educação pública de qualidade. Além disso, entende que os sujeitos são, em sua maioria, analfabetos ou semianalfabetos, e acima de tudo são analfabetos no que tange aos seus direitos básicos à educação, saúde e justiça social.

Outro aspecto levantado pela autora é a exigência de formação pedagógica e técnica para o atendimento dos sujeitos privados de liberdade, os quais representam um número alarmante de analfabetos políticos, culturais e econômicos. Além disso, apesar das atividades educativas que ocorrem nesses espaços são necessários profissionais da educação e do sistema penitenciário que tenham uma consciência crítica e humanizadora, pois, para Ramos (2012), a “finalidade é desenvolver uma ação educativa de fato, que proporcione uma qualidade de mudança de cultura e pensamento voltada não à ignorância, nem mesmo à ilusória ideia de “ressocialização'' (RAMOS, 2012, p. 176).

O espaço prisional no qual se insere a pesquisa retrata a realidade dos diversos espaços prisionais de nosso país e a necessidade e importância da educação com uma prática pedagógica libertadora que busque a emancipação dos sujeitos com base nos estudos de Freire.

Com relação às práticas sociais da leitura e da escrita, Ramos (2012) entende que é necessário valorizá-las, trazendo para o espaço educacional os códigos penais, os processos, a linguagem jurídica, as questões que envolvem os direitos humanos, a política da Educação de Jovens e Adultos, a política do SUS, entre outros. Além disso, não podemos nos esquecer da urgência de uma prática pedagógica mais significativa do ato de ler e de escrever com criticidade, com foco para a cidadania, com um tempo maior de adequação curricular e com livros e materiais didáticos que auxiliem as leituras e o acesso ao conhecimento, conduzindo ao letramento.

O segundo trabalho no qual identificamos relações com nosso objeto de estudo é o de Scariot (2013), que entende a escola na prisão como um espaço diferenciado, capaz de abrir possibilidades para a “reinserção” social, e de possíveis contribuições para a reflexão do ponto de vista das práticas de leitura e letramento de jovens e adultos. Além do mais, é nesse espaço que as estudantes criam uma relação de confiança e que a professora assume diversas funções, se tornando parceira de ação pedagógica, incentivando e estabelecendo laços de igualdade e respeito à dignidade, sendo considerada uma agente importante no processo de ressocialização.

Além disso, a partir do discurso da professora se evidenciaram as dificuldades encontradas pelos atores participantes da educação escolar no espaço prisional, como falta de materiais pedagógicos, a dificuldade de lidar com a língua estrangeira, as frequentes suspensões de aulas e a baixa autoestima das alunas. Com relação à prática pedagógica da professora, a autora percebe uma visão sobre o ensino da leitura e escrita que se aproxima da educação libertadora defendida por Freire.

Ainda assim, estão presentes práticas pedagógicas mecanicistas de leitura e escrita e são poucas às vezes em que os gêneros literários são utilizados em sala de aula; são raros aqueles de contato fora do âmbito escolar. Nesse sentido, Scariot (2013) entende que o espaço escolar poderia preencher essa lacuna no sentido de oferecer aos discentes o contato com a diversidade textual que circula na sociedade. Com as entrevistas foi possível conhecer um pouco mais sobre as trajetórias escolares das mulheres privadas de liberdade, entender os motivos pelos quais se afastaram da escola e o porquê retornaram à escola após a inserção no espaço prisional.

Outra pesquisa que se aproxima de nosso objeto é a de Silva Neto (2009), que compreende que a efetivação do direito à educação em nosso país ainda não se concretizou por meio de políticas e programas eficazes. Destaca também que o analfabetismo juvenil e adulto e os baixos níveis de escolarização contribuem para a formação de um grupo cada vez maior de pessoas que têm o direito de exercerem plenamente a cidadania negado. São sujeitos que vivem em situações precárias, com poucas oportunidades de acesso aos direitos e, em muitos casos, acabam em celas dos estabelecimentos penais, ou seja, elementos que contribuem para uma estrutura que gera uma dívida social para com essas pessoas.

Nesse sentido, Silva Neto (2009) afirma que os sujeitos privados de liberdade não deixam de serem seres humanos por estarem nesse espaço, porém, ao serem sujeitados a diferentes violências – psicológicas, físicas, com as piores condições de vida –, acabam tendo seus direitos fundamentais retirados e desrespeitados. Entre eles está o direito à educação, que é entendido como uma alternativa para a ampliação de oportunidades de crescimento, “reabilitação” social e realização humana.

O autor defende que, no período em que está inserido na prisão, o cidadão deve ter condições dignas de vida, vivência e convivência oferecidas pelo Estado. E que após o cumprimento da pena, esses “egressos” devem compreender a necessidade de se reposicionarem ao convívio social de forma saudável. Dessa forma, ao não proporcionar um espaço com condições dignas, a prisão continuará sendo uma “fábrica de indivíduos frustrados, desajustados, infelizes, perigosos, violentos e prontos para cometerem novos crimes” (SILVA NETO, 2009, p. 163). Com relação às políticas públicas, o autor entende que as mesmas devem ser revisadas, discutidas e implantadas. Compreende também que a instituição prisional deve mudar e a Lei de Execuções Penais, que precisa ser respeitada e colocada em prática pelas autoridades públicas.

Sobre as práticas de leitura, o autor defende a concepção de alfabetização de Freire, buscando uma leitura de mundo e da palavra que permita a reivindicação de uma educação pública de qualidade e de acesso universal. Afirma, ainda, que só assim para que se consiga uma outra noção de prisão criada pelo poder público que incentiva a luta contra as injustiças sociais, as desigualdades, e a miséria.

Silva Neto (2009) relata que as reflexões das práticas e representações de leitura que foram realizadas possibilitaram aos alfabetizadores detentos pensar sobre suas ações e práticas, ampliando sua compreensão da leitura e a sua necessidade na formação de leitores. O autor também descreve as dificuldades de funcionamento dos espaços educacionais, como o acesso à biblioteca, e a proibição de leitura de livros no interior das celas. Porém, as práticas realizadas apontam para diversas reações diante dos diferentes materiais utilizados, desejos, sonhos. A partir das memórias diversas, os diálogos aconteceram e contribuíram para as discussões sobre diferentes conhecimentos, práticas de escrita e experiências com a leitura.

Silva Neto (2009) entende que seu trabalho representa “uma ínfima gota num oceano imenso e revolto” (SILVA NETO, 2009, p. 167). E segue refletindo sobre a implementação de políticas públicas efetivas de educação nas prisões e como seria o retorno do “detento” “reeducando” à vida em sociedade se o espaço prisional oferecesse possibilidades de formação profissional, trabalho e educação. Nesse sentido, afirma que a reincidência poderia ser evitada e que o acolhimento dos sujeitos privados de liberdade pela sociedade seria melhor se a “ressocialização” fosse trabalhada em práticas educativas do ensino regular em tempo integral articulada ao trabalho. Para ele, “a educação nas prisões deve fazer parte de políticas públicas complexas, bem articuladas e abrangentes que reinventem o ambiente do cárcere e transformem[-no] em um espaço de formação educativa, de cidadania e de humanização” (SILVA NETO, 2009, p. 168).

Há, por último, o trabalho de Hir (2016), que tem como objetivo possibilitar uma reflexão sobre o ensino da escrita na EJA – Fase I no espaço prisional, visando identificar em que medida esse ensino pode contribuir para a ressocialização do “apenado”. A autora busca entender a proporção em que a mediação docente pode contribuir para a aprendizagem da escrita na perspectiva da autoria no espaço prisional, buscando entender seus limites e possibilidades, caracterizar o papel da mediação docente no processo da escrita relacionado com o desenvolvimento da autoria e com a apropriação do sistema da escrita, numa perspectiva de uma educação dialógica que tem como objetivo a emancipação do sujeito, se tornando um instrumento de resgate da humanidade a fim de contribuir com a reinserção social. O trabalho trata de uma pesquisa com abordagem qualitativa centrada na observação e no registro dos processos de escrita. Assim como as demais pesquisas apresentadas, Hir (2016) aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas para o sistema prisional, entendendo que muito foi feito para a educação nos últimos anos, porém o mesmo deve ser feito para a educação no espaço prisional, “principalmente em relação à aquisição do sistema da escrita na perspectiva da autonomia do sujeito apenado” (HIR, 2016, p. 10).

A autora compreende que no sistema prisional perpassam discursos contraditórios com relação aos direitos dos sujeitos privados de liberdade; entre eles, está o direito à educação. E afirma que a aprendizagem da escrita requer, além da mediação docente compromissada, adequação de espaços, disponibilização de recursos de oferta de tempo suficiente. Dessa forma, aponta a concepção de educação a partir do PEEP, que propõe uma educação pautada na autonomia do sujeito e no intuito de “ressocialização”. Assim, a aprendizagem da escrita pode contribuir efetivamente para a construção de uma autoria para além do delito, se tornando um instrumento efetivo de “ressocialização”.

**Desafios para garantia do direito à alfabetização**

Foi possível verificar, com a análise das pesquisas, algumas constatações e questões que são trazidas ao longo deste trabalho – como as condições precárias do espaço prisional e os desafios do processo educativo nessa instituição singular que é a prisão. Os textos analisados reforçam a necessidade de efetivação de políticas públicas educacionais que assegurem o direito à educação para todos os sujeitos privados de liberdade em espaços e materiais adequados, que respeite as especificidades dos sujeitos e do próprio espaço no qual estão inseridos.

Os trabalhos analisados apresentam uma concepção de alfabetização com base na perspectiva freireana, indicando para a compreensão de que as práticas pedagógicas de alfabetização nos espaços prisionais devem contribuir acima de tudo para a leitura e participação do mundo no qual os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, ao mapear as pesquisas produzidas no Brasil sobre a alfabetização e letramento na EJA nos espaços prisionais buscando compreender as concepções de alfabetização e letramento para as pessoas privadas de liberdade, foi possível verificar que prevalecem questões que permeiam os desafios da educação nos espaços prisionais. Entre eles está a tensão do espaço singular que é a educação e como o espaço educativo se configura neste contexto.

Outro aspecto apresentado pelas pesquisas analisadas é a necessidade da formação da leitura crítica dos sujeitos envolvidos no processo educativo, que supera a prática pedagógica tradicional que prioriza uma formação mecânica das palavras, com foco na decodificação. Percebemos a necessidade de uma prática pedagógica que seja utilizada para priorizar a emancipação e a humanização dos sujeitos privados de liberdade, valorizando suas experiências anteriores ao adentrar o espaço prisional, respeitando suas singularidades e percebendo as especificidades da educação no contexto no qual ela se insere. Assim, o processo de alfabetização, seguindo uma perspectiva freireana, compreende que nesse contexto singular, a leitura e a escrita devem propiciar aos sujeitos privados de liberdade a leitura como prática social, a partir da leitura da palavra e a leitura do mundo em que estão inseridos.

As pesquisas elucidam que os processos de alfabetização e letramento, o estímulo à leitura, devem seguir em uma perspectiva em que o sujeito se desenvolva como leitor crítico, enquanto sujeito que, a partir da leitura, consegue se ver no mundo, compreender-se no mundo, a partir de outras perspectivas, e se ver como sujeito capaz de agir nesse mundo do qual faz parte. A partir da leitura crítica o sujeito lê e faz o uso social da escrita, mas também se percebe como sujeito ativo, participante da história, sujeito capaz de transformar a realidade na qual está inserido.

Além disso, percebemos um grande movimento nas pesquisas analisadas com relação à necessidade de construção e efetivação de políticas públicas de educação, para o incentivo de práticas de alfabetização e letramento que se baseiam na concepção de alfabetizar letrando para contribuir na ressignificação da identidade dos sujeitos privados de liberdade no intuito de colaborar com o seu retorno ao convívio social.

O processo de alfabetização das pessoas privadas de liberdade precisa visar à garantia de direitos humanos fundamentais na atual condição de vida desses sujeitos; que estes possam, a partir da leitura e da escrita, solicitar acesso a documentos como: processos, pedidos de consultas médicas, escrita e leitura de cartas para familiares, advogados que tenham acesso e entendimento do código penal e outros documentos judiciários.

A alfabetização dos sujeitos privados de liberdade, é acima de tudo, “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (FREIRE, 1987, p. 05). Trata-se de uma forma por meio da qual estas pessoas podem conquistar e lutar por seus direitos. Junto com outras atividades como o trabalho e os esportes podendo contribuir para um retorno positivo, com uma nova visão do mundo na qual estão inseridos e uma continuação de sua história de vida com cidadania e humanizada.

**Referências**

ARROYO, Miguel Gonzales. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** São Paulo: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Resolução nº1/2021**, 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf>> Acesso em: 23. Fev. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização** – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: 23. Fev. 2022.

CABRAL, Paula. **A EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade**. As apropriações das diretrizes da UNESCO no direcionamento do trabalho de professores(as). 2019. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HIR, Jane Cleide Alves. A escrita no Cárcere: uma possibilidade de autoria para além do delito. Anpedsul. **Anais...** 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo13_JANE-CLEIDE-ALVES-HIR.pdf> Acesso em: 11 nov. 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade.** Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e Programa de Pós-Graduação em Educação Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago, 2015.

RAMOS, Rowayne Soares. **Educação de Jovens e Adultos no Centro de Ressocialização em Cuiabá-MT**: Práticas de Leitura Escrita e Letramento. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2012.

ROMANOWSKI, Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf . Acesso em: 11 nov. 2022.

SCARIOT, Luciana Ferreira da Silva Moraes. [P**ráticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá - MT**: a visão da professora e suas alunas](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_2c654490e5448f71049112027c35f017). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

SILVA NETO, Antonio Artequilino da. **As práticas e representações de leitura dos detentos alfabetizadores e alfabetizados do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Go, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**.4.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016

1. mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Professora Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutorada pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: herminialaffin@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2013). Doutorado em Educação (2019) na linha Ensino e Formação de Educadores na UFSC. E-mail: paulica15@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduação  em Pedagogia (2016) e Mestrado em Educação (2019) pela Universidade Federal de Santa Catarina . Atualmente Supervisor Escolar na Rede Municipal de Florianópolis. Pesquisa os processos de alfabetização na EJA em Espaços de Privação de Liberdade. E-mail: camila\_vigganigo@hotmail.com [↑](#footnote-ref-3)
4. Situamos especialmente, à Resolução CNE/CEB nº1/2021 do Conselho Nacional de Educação, aprovada em 28 de maio de 2021, que atualiza diretrizes para orientar a organização, os currículos e a oferta da EJA alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à Lei nº 13.415/2017 e à Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 [↑](#footnote-ref-4)
5. Os resumos apresentados nos quadros a seguir foram escritos pelas pesquisadoras com base nos resumos dos autores das pesquisas. [↑](#footnote-ref-5)
6. Com base no trabalho de Cabral (2019), o RDD foi estabelecido pela Lei 10.792 em 2003, alterando a Lei de Execução Penal. Trata-se de uma modalidade de sanção disciplinar criada no estado de São Paulo, em 2001, como resposta para ações de facções. Essa modalidade tem sido alvo de inúmeras críticas e, apesar de estar em prática, é acusada pela abertura que oferece a encaminhamentos arbitrários e por sua inconstitucionalidade, pois, dentre outras punições, faz com que seja possível o isolamento total da pessoa já presa por até 360 dias. [↑](#footnote-ref-6)